



# Estudos evidenciam impacto da violência armada na saúde

Luiza Gomes

**U**m helicóptero sobrevoa uma região empobrecida e desigual da metrópole. A exposição contínua à violência armada pode fazer com que a cena, aparentemente inofensiva, anuncie para um morador ou trabalhador de um território de favela a possibilidade de acirrados conflitos armados. O estímulo visual e sonoro pode desencadear, em alguns casos, distúrbios metabólicos e comportamentais que configuram o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Embora pouco diagnosticado entre esses usuários, a desordem é comum quando situações que ameaçam a própria vida ou de conhecidos se repetem cotidianamente.

Entre respostas instantâneas e alterações mais estruturais no funcionamento do organismo, estão a síndrome de pânico, crises nervosas, picos de pressão arterial e descontrole das taxas de açúcar no sangue, em diabéticos. Estudos recentes desenvolvidos na Fiocruz buscaram identificar, junto ao sistema de saúde e moradores de periferias, indicadores que ajudassem a visibilizar a relação entre as violências que derivam de um certo modelo de gestão da vida pública e a produção social de agravos à saúde.

Sensação de aprisionamento, sofrimento difuso, o descontentamento com as restrições e riscos impostos por um cotidiano de violências estruturais, são algumas percepções registradas em depoimentos pelas pesquisas *Impacto da violência armada na saúde e educação de moradores de periferias urbanas*, desenvolvida no âmbito da Cooperação Social da Presidência, e *Violência e Saúde na Estratégia de Saúde da Família de Manguinhos: uma investigação preliminar*, pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carli (Claves/ENSP).

## Sufrimento psíquico é agravo mais percebido

Entre 88 moradores e moradoras do Jacarezinho, Manguinhos e Maré que foram entrevistados para a pesquisa da Cooperação Social, 80% responderam que a violência com uso de armas de fogo afeta sua saúde, de sua família ou pessoas próximas.

A forma com que isso acontece foi organizada pelo estudo em 11 categorias: sofrimento psíquico, agravos mentais e emocionais; vítimas fatais alvejadas por projétil de arma de fogo; alteração significativa na pressão arterial; impedimento ao acesso a equipamentos culturais, educação e de lazer; agressão física; lesão por projétil de arma de fogo sem óbito; ameaça verbal por pessoa armada; tortura física; alteração cardíaca e enfartos fatais; impedimento ao acesso ao serviço do setor saúde; desencadeamento de crises respiratórias.

A pesquisa qualitativa em saúde foi elaborada a partir de entrevistas semi-estruturadas, com abordagem crítica, interdisciplinar e multicausal, considerando as múltiplas determinações sociais da saúde. Em sua primeira etapa, a percepção dos próprios moradores acerca dos reflexos da violência no seu adoecimento e sofrimento foi mapeada; na segunda, os profissionais de saúde serão ouvidos.

Segundo o relatório parcial da pesquisa, o sofrimento psíquico foi o mais presente nas narrativas dos moradores – com 34 menções. Para designar essa forma de adoecimento, foram usadas expressões como “estresse”, “nervosismo”, “traumas”, “problemas de nervos”, “ten-

são psicológica”, “pana mental”, “muito medo dos tiros” e “medo de sair de casa”. Seis pessoas se referiram diretamente a “depressão” para descrever sua condição de saúde afetada pela “violência com uso de armas”.

“Os depoimentos deixam patente a existência de um contexto ampliado de adoecimento, sofrimento, e violação dos direitos humanos nesses territórios”, observou o pesquisador. O impacto da violência armada na educação foi tema de uma exposição no Centro de Estudos Miguel Murat de Vasconcellos da Ensp (Ceensp), em outubro.

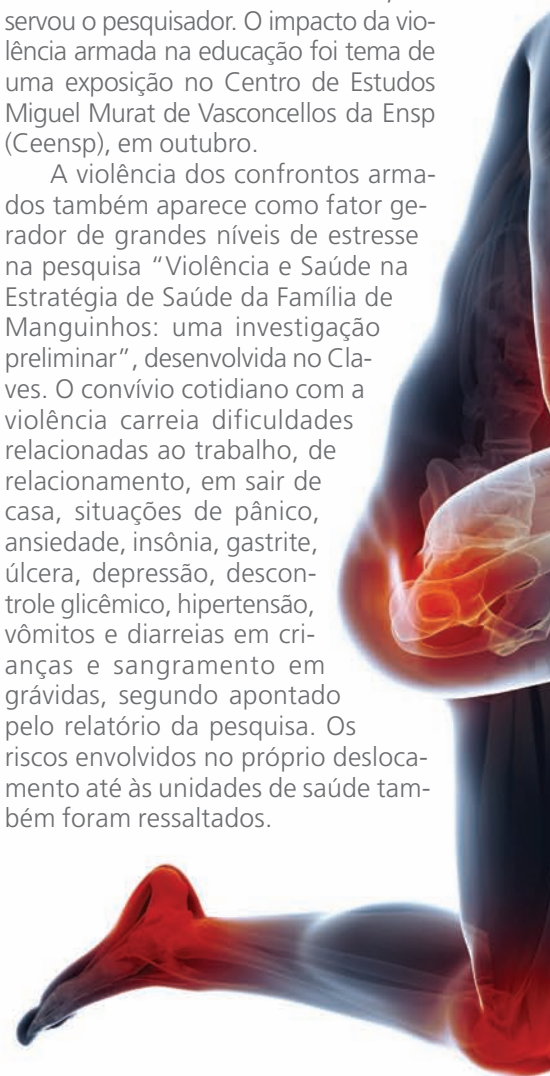
A violência dos confrontos armados também aparece como fator gerador de grandes níveis de estresse na pesquisa “Violência e Saúde na Estratégia de Saúde da Família de Manguinhos: uma investigação preliminar”, desenvolvida no Claves. O convívio cotidiano com a violência carrega dificuldades relacionadas ao trabalho, de relacionamento, em sair de casa, situações de pânico, ansiedade, insônia, gastrite, úlcera, depressão, descontrole glicêmico, hipertensão, vômitos e diarreias em crianças e sangramento em grávidas, segundo apontado pelo relatório da pesquisa. Os riscos envolvidos no próprio deslocamento até às unidades de saúde também foram ressaltados.

AGRESSÃO

LESÃO  
PROJÉTILO  
ARMA

SOFRIMENTO  
PSÍQUICO

AGRAVO  
MENTAL  
EM



**ÃO FÍSICA**  
**ÃO POR**  
**ETIL DE**  
**A DE FOGO**  
**RIMENTO**  
**ÍQUICO**  
**GRAVOS**  
**ENTAIS E**  
**OCIONAIS**

**PRESSÃO**  
**ARTERIAL**  
**IMPEDIMENTO**  
**AO ACESSO**  
**CULTURA,**  
**EDUCAÇÃO**  
**E LAZER**  
**AMEAÇA**  
**VERBAL**



A investigação teve como base a metodologia de pesquisa social denominada “pesquisa-ação” e teve início em 2016. Foram coletados dados sobre casos de violência atendidos e registrados na Estratégia Saúde da Família de Manguinhos por três meses do ano de 2015. Entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores do Teias-Escola Manguinhos, moradores de Manguinhos participantes de fóruns ou conselhos locais, e profissionais dos equipamentos públicos de saúde do território compuseram a metodologia. O artigo para comunicação científica está sendo elaborado.

## Moradores e trabalhadores

Conforme demonstrado pela pesquisa do Claves, são relatados casos de invasões de criminosos dentro das unidades de saúde e de entrada da polícia para sua busca. De acordo com o relatório, quando da formação dos grupos focais, trabalhadores e moradores descreveram a sensação de estarem no “front de guerra”, sempre de prontidão para fugir dos tiroteios e proteger suas próprias vidas.

Nesse cenário, uma pressão diferenciada atinge os profissionais de saúde desses territórios. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) por serem moradores locais e atuarem nas ruas e casas, correm riscos pela circulação no território. Segundo Mayalu Matos, são numerosos os relatos de sofrimento mental e de casos de afastamento do trabalho envolvendo situações de pânico, pressão e glicose altas, em função da vivência de violência no território e do inerente risco à vida.

A ocorrência de operações policiais nas comunidades de Manguinhos em horários de grande des-

locamento de pessoas também foi apontado como agravante das condições de vida e trabalho nessas localidades na relatoria da oficina *Violências, território e cidadania*. O encontro foi realizado como parte do processo de implementação do Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde da Fiocruz, em 2017, com participação de diferentes Unidades Fiocruz, Cooperação Social da Presidência e movimentos sociais convidados.

## Personagens e moléstias invisíveis

De acordo com Leonardo Bueno, pesquisador da Cooperação Social, poucas produções acadêmicas tratam das violências do ponto de vista dos moradores de territórios vulnerabilizados.

“Essas violências muitas vezes não estão notificadas nem nos equipamentos de saúde, nem registradas nas pesquisas de governo para formulação de políticas públicas, nem nas escolas. Então é nos depoimentos do morador que elas aparecem”, afirmou. Na fase de consolidação e análise, o trabalho irá cruzar as menções a agravos de saúde (percepção social da saúde) com dados oficiais do campo da segurança pública e entrevistas com profissionais do setor saúde.

A ausência de registros acerca do fenômeno e suas implicações também é apontada como uma questão que fragiliza a visibilidade do problema, na análise de Mayalu Matos, pesquisadora do Claves.

“A violência relativa aos confrontos armados não é de notificação compulsória, como são as violências contra a mulher, idoso, criança e adolescente. Assim, a morbidade relacionada a violência armada contra jovens fica bastante invisibilizada”, ponderou.

A frequência de conflitos armados no território e o real risco de vida para moradores e trabalhadores afeta também a vigilância epidemiológica das violências notificáveis. “Os profissionais evitam fazer a notificação compulsória de violência, pois temem por sua integridade física. O medo de represálias do crime organizado e a confusão entre notificação compulsória e denúncia prejudicam a vigilância epidemiológica da violência e mascaram a questão”, comentou Mayalu.

O Programa Institucional de Articulação Intersetorial em Violência e Saúde na Fiocruz, formalizado por meio de portaria em fevereiro de 2017, é uma iniciativa para ampliar a reflexão e a ação sobre Violência e Saúde entre as diversas unidades da Fundação. Em 2016, foram realizadas oficinas temáticas e construção de um Termo de Referência para a atuação no campo definido pelo programa. A coordenação do programa é feita por pesquisadoras do Claves/Ensp.